



O PROJETO PEDAGÓGICO DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA: DELINEAMENTOS PARA A FORMAÇÃO DA JUVENTUDE

Guilherme Antunes Leite¹

Alessandro de Melo²

Objetiva-se por meio deste resumo, refletir sobre o projeto pedagógico da burguesia industrial brasileira e os delineamentos que esta fração burguesa coloca como formação ideal para a juventude, ou seja, para as/os estudantes do Ensino Médio - EM.

Denota-se que a síntese e reflexão aqui exposta, integra parte dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação *stricto-sensu* em Educação (Mestrado), na Universidade Estadual do Centro-Oeste – PPGE/UNICENTRO – Paraná, a partir do projeto de pesquisa intitulado: *Projetos da Confederação Nacional da Indústria para a educação e as reformas educativas contemporâneas*, a qual integra as atividades e vincula-se ao Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH.

A problemática centra-se na seguinte inquietação: qual a intencionalidade da burguesia industrial brasileira em delinear a formação da juventude e disputar o pleito pelo projeto pedagógico hegemônico da Educação Básica no Brasil? Tem-se consciência que o presente estudo não se esgota, porém pretende-se que as provocações e reflexões contidas neste trabalho, sirvam de instrumental para a o entendimento e tomada de consciência necessária para a construção de um projeto educativo para além dos determinantes estruturais da classe dominante hegemônica.

O método empregado no desenvolvimento da pesquisa é o Materialismo Histórico de Marx e Engels, e pela lógica dialética e histórica da produção do conhecimento as categorias fundamentais deste estudo são: Trabalho e Educação, considerando as

¹ Licenciado em Pedagogia (UNESPAR). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuruva – Paraná. Integrante do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH. E-mail: profguilhermeleite@gmail.com

² Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais (UNESP). Mestre em Educação Escolar (UNESP) e Doutor em Educação (UFPR). Professor Associado do Departamento do curso de Pedagogia – DEPED, e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – PPGE, na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuruva – Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa em Trabalho, Educação e História – GETEH. E-mail: alessandrodemelo2006@hotmail.com

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



mediações e correlações do Estado burguês com a sociedade civil. Assim, “os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 86).

Como procedimento metodológico, empregou-se as categorias do método apresentado, à análise documental dos documentos das políticas educacionais brasileira e dos propositores das reformas educativas da contemporaneidade, ou seja, para este estudo a Reforma do Ensino Médio – REM, e os propositores que são agentes da fração burguesa dos empresários que compõe a Confederação Nacional da Indústria - CNI.

Para tal, Lukács (2013) concordando e referindo-se a Marx (2013), alude que na constituição ontológica do trabalho, este é antes de tudo, o ponto de partida para o desenvolvimento histórico e social dos seres humanos. Nesse entendimento, destaca-se que o trabalho é a categoria e complexo social fundante dos determinantes estruturais da totalidade da sociabilidade humana. A caracterização do ser social é dada pela materialidade da produção e reprodução da vida humana, ou seja, pelo trabalho. No capitalismo, trata-se do trabalho abstrato produtor das mercadorias. A mercadoria é objeto externo de satisfação da necessidade humana, é a unidade com valor de uso (natureza da produção capitalista e da matéria que a constitui) e valor de troca, sendo dialética em sua diversidade. (MARX, 2013).

Nesse sentido, é a caracterização do complexo social do trabalho e na formação do ser social, bem como, a especificidade do trabalho abstrato do capitalismo contemporâneo, que se constitui o salário, sendo o pagamento pela venda da mercadoria força de trabalho. Assim, a educação escolar articula-se a esfera da reprodução social como o mecanismo que forja a formação da mercadoria (força de trabalho) necessária para a contemporaneidade do tempo atual, ou seja, essa dinâmica é que caracteriza as bases fundamentais que estruturam o projeto pedagógico da burguesia para a formação da juventude (RORIGUES, 1998; MELO, 2010; CAVALCANTE, 2014).

Conforme a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio – PENAD, de 2019, existem no Brasil cerca de 94,4 milhões de pessoas empregadas; 11,9 milhões desempregadas e um total de 4,7 milhões de desalentados (IBGE, 2019). Dar-se-á atenção ao número de pessoas desempregadas e empregadas, e argumenta-se a partir deste dado que existe no Brasil uma crise do mundo do trabalho assalariado. A partir das análises e

**CONGRESSO
INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E
EDUCAÇÃO INTEGRAL
NA AMÉRICA LATINA**



reflexões realizadas no âmbito dos estudos sobre o trabalho, é constatado que do número total de pessoas empregadas, 24,6 milhões de pessoas trabalham por conta própria, e 11,8 pessoas que trabalham sem carteira de trabalho assinada (IBGE, 2019).

Observa-se que estar trabalhado não significa ter direito trabalhista garantido, ou mesmo, ter as condições de trabalho adequadas. É o número elevado das taxas de desemprego, como, o número de pessoas trabalhando sem carteira assinada, ou por conta própria, que se chega ao entendimento que existe hoje no país um mundo do trabalho incerto, precário e em crise. Isso tudo sob uma nova forma de acumulação flexível que configura um novo trabalhador do século XXI, que por meio do desenvolvimento de competências e habilidades, assume para si a superação individual dos problemas do processo de crise societária – a exemplo, o desemprego e o subemprego (KUENZER, 2017; ANTUNES, 2018).

Esse novo trabalhador do século XXI é o jovem que será formado pelas orientações e reformulações curriculares do EM pós lei nº 13.415/2017, formação que é definida alicerçada nos interesses da burguesia industrial, conforme aponta o Mapa Estratégico da CNI 2018-2022, que afirma que as maiores conquistas e avanços da educação brasileira nos últimos anos foram: 1) Aprovação do PNE 2014/2024; 2) Aprovação da Lei da REM e 3) Aprovação da BNCC (CNI, 2018).

Diante disso, por fim, considera-se que a intencionalidade da burguesia industrial brasileira é disputar a formação da subjetividade de uma juventude que seja capaz de lidar com a dinâmica inconstante e incerta do mundo do trabalho brasileiro, ou seja, as competências e habilidades deve-se somar a uma subjetividade performática e cosmopolita, que são subjetividades que adaptam-se às condições de precariedade da sociabilidade do modo de produção, que carrega consigo uma crise de empregabilidade e desvalorização da força de trabalho, o que por conseguinte, acarreta numa precarização dos processos educativos formais.

Palavras-chave: Crise do Mundo do Trabalho; Juventudes brasileira; Reforma do Ensino Médio.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão – o novo proletariado de serviços na era digital**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Presidência da República, 2017. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm> acesso em 20 de jul de 2020.

CAVALCANTE, Rafael Gomes. **Educação para o trabalho precarizado: uma análise da Reforma Trabalhista como limite da proposta de educação da proposta de educação da burguesia industrial**. Dissertação de mestrado (Educação). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2014. 139p.

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Mapa Estratégico da Indústria 2018/2022**. Brasília: CNI, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, Trimestre Móvel Set.-Nov. 2019**. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3086/pnacm_2019_dez.pdf> acesso em 05 de jan de 2020.

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e escola: a flexibilização do Ensino Médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação & Sociedade**. v. 38, n. 139, p. 331-354, abr-jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf> acesso em 23 de nov. 2018.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social II**. Trad. Nélio Scheneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Trad. / Rev. Miguel Cavalcante Yoshida; Geraldo Martins de Azevedo Filho e Ricardo do Nascimento Barreiro. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Alessandro de. **O projeto pedagógico da Confederação Nacional da Indústria para a educação básica nos anos 2000**. Tese de doutorado em Educação. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010.

RODRIGUES, José. **O Moderno Príncipe Industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria**. 1ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.